

Phoenix Tower Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Phoenix Tower Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Phoenix Tower Participações S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Phoenix Tower Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

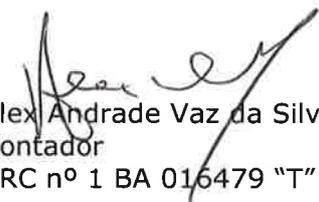
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479 "T" SP

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	38.992	3.586	40.849	3.590	Fornecedores	10	5.702	10.422	6.082	10.474
Aplicações financeiras restritas	4	55.918	5.988	55.918	5.988	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	465.847	27.764	465.847	27.764
Contas a receber de clientes	5	24.980	21.509	27.125	21.646	Aluguéis a pagar		4.864	4.865	4.874	4.874
Instrumentos financeiros derivativos	21.2	25.363	-	25.363	-	Instrumentos financeiros derivativos	21.2	25.814	-	25.816	-
Impostos a recuperar		3.007	3.370	3.165	3.385	Arrendamentos a Pagar	12	63.653	-	67.859	-
Outros ativos		2.589	1.810	2.875	1.854	Obrigações tributárias	11	2.113	2.217	2.399	2.255
Total do ativo circulante		150.849	36.263	155.295	36.463	Obrigações trabalhistas	14	7.204	6.577	7.883	6.577
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras restritas	4	10.466	10.551	10.466	10.551	Dividendos a pagar		-	7.580	-	7.580
Contas a receber de clientes	5	15.922	12.402	15.922	12.402	Outros passivos		897	502	892	502
Depósitos judiciais		425	343	425	343	Total do passivo circulante		576.094	59.927	581.653	60.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	38.191	22.175	38.418	22.175	NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas		3.228	1.839	-	-	Contas a pagar	4	11.254	9.873	11.254	9.873
Instrumentos financeiros derivativos	21.2	481.900	-	481.900	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	-	181.944	-	181.944
Investimentos	6	146.788	10.700	-	-	Provisão para desmobilização de ativos		51.254	45.747	54.094	45.747
Direito de Uso	12	363.120	-	390.741	-	Instrumentos financeiros derivativos	21.2	490.477	-	490.477	-
Imobilizado	7	523.360	446.640	553.888	452.104	Arrendamentos a pagar	12	302.732	-	326.394	-
Intangível	8	531.767	546.854	652.138	553.398	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	63.538	46.227	63.538	46.227
Outros ativos		1.652	1.687	2.197	2.117	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas		321	147	321	147
Total do ativo não circulante		2.116.819	1.053.191	2.146.095	1.053.090	Receita diferida - linearização dos aluguéis	15	11.679	11.715	13.340	11.715
						Total do passivo não circulante					
						931.255 295.653 959.418 295.653					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social 16.1 733.181 705.600 733.181 705.600					
						Reserva de lucros 27.138 28.274 27.138 28.274					
						Total do patrimônio líquido 760.319 733.874 760.319 733.874					
TOTAL DO ATIVO		2.267.668	1.089.454	2.301.390	1.089.553	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.267.668	1.089.454	2.301.390	1.089.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	182.938	114.292	195.139	149.501
Custo das locações	18	(90.606)	(55.353)	(95.513)	(77.885)
LUCRO BRUTO		92.332	58.939	99.626	71.616
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(33.057)	(12.403)	(38.264)	(20.883)
Outras despesas não operacionais, líquidas		745	(1.361)	(1.576)	(1.559)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(1.472)	(1.305)	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		58.548	43.870	59.786	49.174
Despesas financeiras	19	(59.807)	(14.089)	(61.152)	(19.339)
Receitas financeiras	19	1.418	2.239	1.488	2.275
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		159	32.020	122	32.110
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	13	-	-	(190)	(486)
Diferido	13.b	(1.295)	(102)	(1.068)	294
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(1.136)</u>	<u>31.918</u>	<u>(1.136)</u>	<u>31.918</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES		733.180.954	705.599.933		
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	2.15	(0,0015)	0,0452		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.136)	31.918	(1.136)	31.918
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(1.136)</u>	<u>31.918</u>	<u>(1.136)</u>	<u>31.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Total do patrimônio líquido	
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		Lucros acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (reapresentado)		694.784	2.292	1.644	-	698.720
Aumento de capital	16.3	10.816	-	-	-	10.816
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31.918	31.918
Complemento de reserva legal	16.5	-	1.596	-	(1.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.4	-	-	-	(7.581)	(7.581)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	22.742	(22.742)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>705.600</u>	<u>3.888</u>	<u>24.386</u>	<u>-</u>	<u>733.874</u>
Aumento de capital	16.2	27.581	-	-	-	27.581
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.136)	(1.136)
Absorção de prejuízos com reserva		-	-	(1.136)	1.136	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>733.181</u>	<u>3.888</u>	<u>23.250</u>	<u>-</u>	<u>760.319</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	(1.136)	31.918	(1.136)	31.918
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	39.749	24.347	40.451	30.821
Amortização IFRS 16	54.064		57.052	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.295	102	1.068	(294)
Juros e variação cambial de empréstimos	30.691	15.168	30.691	17.812
Apropriação "fee" - empréstimos e financiamentos	9.791	1.381	9.791	1.962
Variação Instrumento Financeiro	9.028	-	9.028	-
Provisão para linearização da receita	(36)	3.442	(36)	4.036
Provisão para desmobilização de ativos	1.927	846	2.595	1.435
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	174	(151)	174	(258)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(257)	(4.150)	(257)	(4.165)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.472)	1.305	-	-
Redução (aumento) de ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(6.692)	(7.405)	(7.833)	(8.210)
Outras contas a receber	(48.465)	(1.157)	(48.465)	-
Impostos a recuperar	359	396	242	41
Outros ativos	(866)	(4.412)	(1.030)	(5.054)
Aumento (redução) de passivos operacionais:				
Fornecedores e alugueis a pagar	(4.720)	5.369	(4.768)	(7.813)
Obrigações tributárias	(104)	239	1	296
Obrigações trabalhistas	627	164	1.216	168
Arrendamento de contratos	(50.799)	-	(54.009)	-
Pagamento de processos	-	-	(83)	-
Outros passivos	136	88	2.391	(556)
Caixa gerado pelas operações	33.294	67.491	37.084	62.138
Juros pagos - empréstimos, financiamentos e debêntures	(33.525)	(11.585)	(33.525)	(14.172)
"Fees" pagos - Empréstimos, financiamentos e debêntures	(14.817)	(4.697)	(14.817)	(4.697)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(486)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(15.048)	51.209	(11.258)	42.783
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Investimentos	(115.136)	-	(127.032)	-
Dividendos pagos	(7.581)	(10.916)	-	(10.916)
Aumento de capital em controlada	(22.424)	(8.226)	-	-
Aquisição de imobilizado ou intangível	(94.598)	(117.276)	(110.098)	(137.381)
Caixa na incorporação de controlada	-	35	1.646	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(239.739)	(136.383)	(235.484)	(148.297)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	27.581	10.816	20.000	10.816
Partes relacionadas	(1.389)	(43.762)	-	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	727.000	61.000	727.000	61.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(463.000)	-	(463.000)	(25.963)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	290.192	28.054	284.000	45.853
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.405	(57.120)	37.258	(59.661)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	3.587	60.706	3.590	63.251
No fim do exercício	38.992	3.586	40.849	3.590
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.405	(57.120)	37.258	(59.661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

;

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Phoenix Tower Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 9 de maio de 2014, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas têm como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada ("sites"), que compreende torres de telecomunicações e respectiva infraestrutura, a operadoras de telecomunicações. Os sites são instalados em imóveis de terceiros - terrenos ("greenfield") ou topos de prédios ("rooftops"), os quais são alugados pela Companhia e suas controladas. A Companhia também fornece soluções de DAS e Small Cells. DAS ("Sistema distribuído de antenas") é um aparelho de antena interna que recebe e distribui sinal de dados de operadoras de telefonia móvel para locais fechados com grande circularização de pessoas. O Small Cell é usado para melhorar a cobertura/capacidade em áreas menores, mas com alta densidade de público, preenchendo lacunas da capacidade de rede. A Companhia, por sua vez, é controlada pela Brazilian Tower - Fundo de Investimento em Participações e tem como controlador final o Blackstone Group.

Em 31 de dezembro de 2019, os sites mantidos pela Companhia e suas controladas são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>
Greenfield	1.580
Rooftop	365
Small Cell	319
Das - Indoor	52
Others	16
Total	<u>2.332</u>

1.1. Incorporação de controlada T4U Brasil Ltda.

Em 31 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da controlada direta T4U Brasil Ltda., à Phoenix Tower Participações S.A. A data base da incorporação foi de 31 de dezembro de 2018.

O laudo de avaliação contábil foi preparado pela empresa Partnership Auditores Independentes S/A, o qual indica o seguinte acervo líquido, a valor contábil, correspondente ao patrimônio líquido da T4U Brasil na data-base 31 de dezembro de 2018, incorporado pela Companhia, no montante de R\$117.700.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido:

Caixa e equivalente de caixa	35
Contas a Receber de clientes	9.759
Impostos a Recuperar	921
Outros ativos	231
Outros créditos	887
Imposto de renda e contribuição social diferidos	633
Imobilizado	170.616
Intangível	29
Total do ativo incorporado	<u>183.111</u>

Fornecedores a pagar	1.127
Aluguéis a pagar	1.490
Obrigações tributárias	433
Outros passivos	26
Provisão para desmobilização de ativos	16.479
Receita diferida – linearização de aluguéis	3.796
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	139
Partes relacionadas	<u>41.921</u>
Total do passivo não circulante	<u>65.411</u>
Total do patrimônio líquido incorporado	<u>117.700</u>

1.2. Desempenho financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de ativo e passivo circulante resultam em capital circulante líquido negativo, no montante de R\$425.243 e R\$426.358 (sendo R\$23.664 e R\$23.562 em 31 de dezembro de 2018), no individual e consolidado, respectivamente. No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a empréstimos e financiamentos a pagar em datas específicas, os quais a Companhia tem a intenção de emitir Notas Promissórias Comerciais, para sua liquidação, conforme divulgado na nota explicativa no.9 "Empréstimos e Financiamentos", e registro de arrendamentos a pagar conforme a norma do IFRS 16. A Administração prevê a geração de caixa decorrente de contratos firmes de aluguéis de longo prazo com recebimentos mensais como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Dessa forma, para o equacionar o capital circulante líquido negativo da controladora e do consolidado, além da Companhia contar com contratos de venda de longo prazo que garantem a regularidade da sua geração operacional de caixa, conta também com a intenção da emissão das Notas Promissórias Comerciais, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

1.3. Combinação de negócios.

1.3.1. Contexto geral

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, adquiriu 100% da participação da empresa K2-Tower S.A.

Em 16 de setembro de 2019, o processo de determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio foi finalizado, e teve como base os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para referida determinação, de acordo com as CPC 15 (R1) - Combinações de negócios (IFRS 3).

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 combinações de negócios.

Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/ IFRS 3, a Companhia divulga de forma provisória, os valores apurados até o momento com base em suas melhores estimativas, referente a combinação de negócio para a aquisição da Companhia K2-Tower S.A. A Companhia está dentro do período de mensuração estipulado pelo CPC 15/ IFRS 3 e caso sejam identificados ajustes, estes serão realizados de forma retrospectiva e seus efeitos serão devidamente divulgados.

K2-Tower S.A

Em 25 de fevereiro de 2019, foi implementado o fechamento da operação referenciada no Acordo de Compra de Ações assinado pela Phoenix Tower Participações S.A. e antigos acionistas da K2-Tower S.A., resultando, portanto, na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações de emissão da K2-Tower S.A.

A K2-Tower é uma Companhia desenvolvedora de soluções de infraestrutura para telecomunicações com foco e liderança em pequenas células ("small cells"). Suas atividades são concentradas no negócio de torres e na cadeia de processo "built-to-suit" em sites Small Cell, DAS, Outdoor, Indoor, Greenfield, Rooftop, Postes Urbanos e Infraestrutura em Mobiliário Urbano.

Em 25 de fevereiro de 2019, os sites adquiridos pela Companhia da K2-Tower são os seguintes:

	<u>Quantidade</u>
Sites em operação	<u>405</u>

1.3.2. Contraprestação transferida

Pela aquisição de 100% do capital votante e total da K2-Tower S.A., a Companhia desembolsou, nos termos do Acordo de Compra de Ações celebrado com os antigos cotistas, o montante total de R\$127.083.

A Companhia contratou a Partnership Auditores Independentes S.A. para preparação do "Purchase Price Allocation – PPA", que indicou a seguinte alocação de preço:

Preço de aquisição	127.083
Ativos intangíveis – contratos de clientes (i)	43.068
Ágio de rentabilidade futura (ii)	69.333
Ativo imobilizado	12.482
Capital de giro	2.200

- (i) O ativo intangível alocado refere-se a contratos com clientes das torres vigentes na data base de aquisição, projetado pelo fluxo de caixa a ser gerado. A vida útil foi baseada no período de vigência remanescente dos contratos, indicando uma vida útil de 18 anos.
- (ii) O ágio de rentabilidade futura ("Goodwill") corresponde à capacidade de geração de lucros que não pode ser atribuída a um item patrimonial específico passível de negociação individual. A Administração entende que o ágio é justificado pela renovação de contratos após seu término e aumento de novos clientes dada a capacidade ociosa das torres.

1.3.3. Alocação preliminar da contraprestação

A combinação de negócio foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição.

Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em bases provisórias, considerando o balanço patrimonial da K2-Tower S.A. em 25 de fevereiro de 2019.

	<u>Valor contábil</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Valor adquirido</u>
<u>Ativo</u>			
Caixa e equivalente de caixa	1.769	-	1.769
Contas a receber	829	-	829
Impostos a recuperar	30	-	30
Adiantamento a fornecedores	269	-	269
Outras contas a receber	10	-	10
Imobilizado	<u>12.481</u>	-	<u>12.481</u>
Total do ativo	<u>15.388</u>	-	<u>15.388</u>
<u>Passivo</u>			
Fornecedores	458	-	458
Salários, férias e encargos sociais	90	-	90
Impostos e contribuições a recolher	158	-	158
Conta corrente com sócios	<u>11.965</u>	<u>(11.965)</u>	-
Total do passivo	<u>12.671</u>	<u>(11.965)</u>	<u>706</u>
Acervo líquido adquirido	<u>2.717</u>	<u>11.965</u>	<u>14.682</u>

O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por instalações referentes a serviços de construção civil e infraestrutura de sites.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que também é a moeda de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira.

2.3. Consolidação

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, se aplicável.

Investimentos em controladas

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras requer que a Administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas dos balanços e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, algumas estimativas foram feitas pela Administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, avaliação ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos e a provisão para riscos e processos judiciais. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6. Aplicações financeiras restritas

As aplicações financeiras restritas não possuem liquidez, e são de utilização restrita (i) ao pagamento do preço de compra da Phoenix Tower do Brasil ("PTB") e K2-Tower S.A. e (ii) a garantia concedida por conta do empréstimo captado junto ao IFC (vide nota explicativa nº 4).

2.7. Contas a receber de clientes

Registradas pelos valores faturados, deduzidas das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A provisão é constituída com base em análises individuais por risco de clientes sobre o saldo total de recebíveis, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis.

O ajuste a valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 3,77% ao ano, e registrado com uma redutora do contas a receber em contrapartida a vendas brutas e sua realização futura será registrada em contrapartida ao resultado financeiro.

2.8. Ativo imobilizado

Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros.

Os gastos de manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	<u>Taxa média anual de depreciação</u>
Torres de telecomunicações e infraestrutura (sites) e custo de desmobilização	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Juros capitalizados	4%
Benfeitorias	20%
Valor justo de torres	6,25%
Computadores e periféricos	20%
Outros	20%

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

2.9. Intangível

Apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Refere-se substancialmente ao ágio e contratos de clientes oriundos das aquisições da T4U Brasil Ltda. e K2-Tower S.A. e direito real de superfície para uso de terrenos. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado conforme segue:

	<u>Taxa média anual de amortização</u>
Contratos de clientes – T4U Brasil Ltda.	6,25%
Contratos de clientes – K2-Tower S.A.	5,56%
Direito real de superfície	3,7%
Software	20%
Direito de uso	10%

2.10. Provisão para desmobilização de ativos

Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma que seja registrada a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. O montante registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas de fluxo de caixa futuro ou na taxa de desconto são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado, até o limite do custo registrado (quando uma diminuição), ou até o limite do seu valor recuperável (quando um aumento).

2.11. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12. Tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e a sua controlada K2-Tower S.A. optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro Real. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo.

As controladas Torres do Brasil Ltda. e a INOVAMOB Gestão Imobiliária Ltda. optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro presumido. O imposto de renda é computado pela alíquota de 32% sobre a receita operacional bruta e em seguida, aplicado a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é apurada pela alíquota de 32% sobre a receita operacional bruta e computado a alíquota de 9% sobre a base de cálculo.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

O imposto diferido ativo é calculado sobre a diferença temporária da depreciação acelerada dos ativos fixos e intangíveis adquiridos na compra da Phoenix Tower do Brasil Participações S.A ("PTB") em junho de 2015, sobre a amortização fiscal dos créditos tributários decorrentes de ágio da aquisição da empresa PTB e sobre a atualização monetária dos custos provisionados para desmobilização

c) Impostos sobre as receitas

As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos impostos e contribuições a seguir.

Para a Companhia e sua controlada K2-Tower S.A.:

- Programa de Integração Social - PIS - 1,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – 7,6%.

Para as controladas Torres do Brasil Ltda. e INOVAMOB Gestão Imobiliária Ltda.:

- Programa de Integração Social - PIS - 0,65%.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – 3%.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

2.13. Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

As demandas judiciais são provisionadas se as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As demandas judiciais avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas.

2.14. Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, ao longo do período de vigência dos contratos de locação, ainda que para estes contratos exista um período de carência para faturamento.

2.15. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores que influenciem no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído, razão pela qual esses valores são iguais.

2.16. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.17. Adoção das normas e interpretações revisadas e novas

2.17.1. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Alterações às IFRS e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício corrente, com exceção ao IFRS 16.

Pronunciamento	Descrição
Alterações IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros – Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa (a)
Ciclo de IFRS 2015-2017	Melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2015-2017 (a)
IFRS 16/CPC 06	Arrendamentos
Alterações à IAS 28	Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (a)
IFRIC 23	Incertezas sobre o Tratamento do Imposto de Renda (a)
Alterações à IAS 19	Plano de Benefícios Definidos – Alteração, Redução ou Liquidação de Plano (a)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida. A Companhia reavaliou suas operações e não identificou efeitos significativos em suas demonstrações financeiras em relação a aplicação das novas já vigentes e aplicáveis.

CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

A CPC 06 (R2) (IFRS 16) substituiu as orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, determinando que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).
- b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 seria um aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução do caixa aplicado na atividade de financiamento e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16, que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Transição para a CPC 06 (R2)/IFRS 16

A Companhia adotou a IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019. Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas internos, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16.

Os efeitos e impactos estão apresentados em nota explicativa nº 12 – Contratos de arrendamento mercantil.

Impactos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 no balanço patrimonial

	<u>31/12/2019</u> <u>antes do ajustes</u>	<u>Efeito da</u> <u>adoção inicial</u>	<u>31/12/2019</u> <u>ajustado</u>
ATIVO	1.910.649	390.741	2.301.390
PASSIVO'	1.146.818	394.252	1.541.071
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	763.831	(3.512)	760.319

Impactos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 na demonstração do resultado do exercício

	31/12/2019 antes do ajustes	Efeito da adoção inicial	31/12/2019 ajustado
RECEITA OPERACIONAL			
LIQUIDA	195.139	-	195.139
Custos de locações	(37.992)	(57.521)	(95.513)
LUCRO BRUTO	157.147	(57.521)	99.626
RECEITAS (DESPESAS)			
OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(38.264)	-	(38.264)
Outras receitas (despesas) não administrativas	(1.575)	-	(1.575)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	117.308	(57.521)	59.787
Despesas financeiras	(115.249)	54.009	(61.240)
Receitas financeiras	1.575	-	1.575
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.634	(3.512)	122
Corrente	(190)	-	(190)
Diferido	(1.068)	-	(1.068)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>2.376</u>	<u>(3.512)</u>	<u>(1.136)</u>

2.17.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de Seguros (a)
IFRS 10 – Demonstrações consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture (b)
Alterações à IFRS 3	Definição de negócios (c)
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de material (d)
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS (d)

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com adoção antecipada permitida. A Companhia reavaliou suas operações e não identificou efeitos significativos em suas demonstrações financeiras futuras em relação a aplicação das normas alteradas e não vigentes.
- (b) Data de vigência ainda não definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A Companhia espera que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro caso essas transações ocorram.
- (c) As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai no ou após primeiro período anual de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, com adoção antecipada permitida. A Companhia reavaliou suas operações e não identificou efeitos significativos em suas demonstrações financeiras futuras em relação a aplicação das normas alteradas e não vigentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixas e bancos	3	3	3	3
Aplicações financeiras (*)	38.989	3.583	40.846	3.587
Total	<u>38.992</u>	<u>3.586</u>	<u>40.849</u>	<u>3.590</u>

(*) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são realizadas substancialmente em fundos, remuneradas a taxas de 97% a 98% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI para ambos os períodos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Conta garantia – empréstimo IFC (ii)	53.155	5.988
Aplicação restrita JP Morgan K2-Tower (iii)	10.466	-
Conta corrente restrita JP Morgan (i)	<u>2.763</u>	<u>10.551</u>
Total	<u>66.384</u>	<u>16.539</u>
Ativo circulante	55.918	5.988
Ativo não circulante	10.466	10.551
Contas a pagar pela aquisição da Phoenix Tower Brasil e K2-Tower Brasil (i) (iii)	<u>(11.254)</u>	<u>(9.873)</u>
Total passivo não circulante	<u>(11.254)</u>	<u>(9.873)</u>

(i) Refere-se ao montante depositado no Banco JP Morgan e aplicados em CDB emitidos pelo Banco, com utilização restrita. 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$2.763 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018). Os valores aplicados são de utilização restrita ao pagamento do preço de compra da Phoenix Tower do Brasil ("PTB") registrados na rubrica "Contas a pagar" no passivo não circulante no montante de R\$810 em 31 de dezembro de 2019 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018). Em dezembro de 2019 o saldo foi resgatado e disponibilizado em conta corrente restrita. Em 11 de dezembro de 2019, a instrução para distribuição dos recursos foi aprovada e os valores foram liberados conforme abaixo:

Phoenix Tower Participações S.A.	3.762
Veirano Advogados	429
D. Dots Communication B.V.	5.573
Hagai Porat	817
Ofer Weiss	283

- (ii) Refere-se a conta bancária no Banco Santander, na qual são retidos os valores recebidos das faturas emitidas às operadoras TIM, Claro, Telefônica, Ituran, Nextel e Oi referente aos sites dados em garantia ao empréstimo junto ao "Internacional Financial Corporation – IFC". Esta conta bancária é controlada pelo Banco Santander e os valores que nela são retidos são utilizados para pagamento dos juros, "fees" e principal.
- (iii) Refere-se ao montante depositado no Banco JP Morgan e aplicados em CDB emitidos pelo Banco, com utilização restrita. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$10.466 (a conta não possui saldo em 31 de dezembro de 2018). Os valores aplicados são de utilização restrita ao pagamento do preço de compra da K2-Tower S.A. registrados na rubrica "Contas a pagar" no passivo não circulante no montante de R\$10.444 em 31 de dezembro de 2019 (a conta não possui saldo em 31 de dezembro de 2018).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Locações a receber	24.955	23.832	27.100	23.969
Locações a receber (carência)	18.222	12.699	18.222	12.699
Ajuste a valor presente	(1.675)	(1.763)	(1.675)	(1.763)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(600)	(857)	(600)	(857)
Total	40.902	33.911	43.047	34.048
Circulante	24.980	21.509	27.125	21.646
Não circulante	15.922	12.402	15.922	12.402

De acordo com os contratos celebrados com os clientes, os valores de locação são substancialmente recebidos até o 21º dia do mês subsequente.

O saldo de contas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	19.611	17.604	21.761	17.741
Vencidos:				
Até 30 dias	1.426	4.731	1.426	4.712
De 31 a 180 dias	2.737	387	2.737	404
Mais de 180 dias	1.181	1.110	1.176	1.112
Total	24.955	23.832	27.100	23.969
Locação a receber (linearização) - circulante	1.986	1.206	1.986	1.206
Locação a receber (linearização) - não circulante	16.236	11.493	16.236	11.493
Total	18.222	12.699	18.222	12.699

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5.007)	(5.022)
Complemento de provisão	(333)	(333)
Reversão de provisão	<u>4.483</u>	<u>4.498</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(857)	(857)
Reversão de provisão	<u>257</u>	<u>257</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(600)</u>	<u>(600)</u>

A Companhia efetua uma análise individual para os clientes vencidos, para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração que 100% dos clientes possuem contratos ativos.

Não há contas a receber dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

6. INVESTIMENTOS

6.1. Composição

	Participação - %	31/12/2018 Saldo de investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Aquisição de investimento	Outros	Baixa investimento	31/12/2019 Saldo de investimento
Torres do Brasil Ltda.	99,99	10.700	1.439	10.000	-	-	(523)	21.616
K2 - Tower	99,99	-	(917)	12.965	115.118	(1.990)	(18)	125.158
INOVAMOB	99,99	-	(4)	-	18	-	-	14
Total		<u>10.700</u>	<u>518</u>	<u>22.965</u>	<u>115.136</u>	<u>(1.990)</u>	<u>(541)</u>	<u>146.788</u>

6.2. Movimentação dos investimentos da controladora

Saldo em 31 dezembro de 2017	125.389
Baixa de investimento - incorporação	(117.700)
Capitalização de juros	(3.909)
Baixa de investimento em controlada (PTA)	(30)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.305)
Aumento de capital na controlada T4U Brasil Ltda.	1.314
Aumento de capital na controlada Torres do Brasil Ltda.	<u>6.941</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>10.700</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.700
Aquisição de Investimento K2- Tower (a)	115.118
Baixa de investimento - Torres do Brasil Ltda. (b)	(523)
Resultado de equivalência patrimonial nas controladas	518
Outros	(1.990)
Aumento de capital na controlada Torres do Brasil Ltda.(c)	10.000
Aumento de capital na controlada K2-Tower (d)	12.965
Baixa de investimento K2-Tower (e)	(18)
Aquisição de investimento INOVAMOB (e)	<u>18</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>146.788</u>

(a) Aquisição da empresa K2-Tower S.A. (vide nota explicativa nº 1)

(b) Baixa de investimento na Torres do Brasil Ltda. no valor de R\$523 para pagamento de dividendos obrigatórios.

- (c) Durante o exercício de 2019, a Companhia aumentou o capital da controlada Torres do Brasil Ltda., no montante de R\$10.000 em espécie.
- (d) Durante o exercício de 2019, a Companhia aumentou o capital da controlada K2- Tower, no montante de R\$12.965 em espécie.
- (e) A K2-Tower realizou a transferência da totalidade de quotas da INOVAMOB como pagamento parcial dos dividendos mínimos obrigatórios à Companhia Phoenix Tower Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora possuía 99,99% do capital social das empresas: (i) Torres do Brasil no valor de R\$19.998; (ii) K2-Tower S.A. no valor de R\$21.109, e; (iii) Inovamob no valor de R\$1.

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço em 31 de dezembro de 2019, e as principais informações sobre as informações financeiras estão assim demonstradas:

	31/12/2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas diretas:				
Torres do Brasil	22.871	1.262	20.177	1.439
K2-Tower S.A.	50.269	35.691	15.483	(905)
INOVAMOB	14	-	18	(4)
	31/12/2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas diretas:				
Torres do Brasil Ltda.	<u>12.638</u>	<u>1.938</u>	<u>10.700</u>	<u>523</u>

7. IMOBILIZADO

7.1. Composição:

	Taxa média ponderada Anual de depreciação - %	Controladora			
		Custo	31/12/2019		31/12/2018
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	442.336	(17.345)	424.991	349.614
Valor justo de torres (a)	6,25	4.551	(365)	4.186	4.551
Móveis e utensílios	10	346	(49)	297	346
Maquinas e equipamentos	10	49	(12)	37	49
Computadores	20	712	(252)	460	593
Benfeitorias	20	1.203	(683)	520	427
Outros	20	1.367	(123)	1.244	882
Custo de desmobilização de ativos	4	41.748	(1.886)	39.862	37.909
Juros capitalizados (b)	4	25.567	(523)	25.044	11.444
Estoque de estrutura vertical	-	5.274	-	5.274	8.269
Construção em andamento	-	21.445	-	21.445	32.556
Total		<u>544.598</u>	<u>(21.238)</u>	<u>523.360</u>	<u>446.640</u>

	Taxa média ponderada Anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Torres e infraestrutura	4	442.343	(17.345)	424.998	349.612
Valor justo de torres (a)	6,25	4.551	(365)	4.186	4.551
Móveis e utensílios	10	357	(53)	304	346
Maquinas e equipamentos	10	49	(12)	37	49
Computadores	20	737	(260)	477	594
Benfeitorias	20	1.237	(703)	534	427
Outros	20	1.380	(122)	1.258	1.255
Custo de desmobilização de ativos	4	43.904	(2.223)	41.681	37.909
Juros capitalizados (b)	4	25.567	(523)	25.044	11.444
Terrenos	-	10.493	-	10.493	5.093
Estoque de estrutura vertical	-	5.274	-	5.274	8.269
Construção em andamento	-	21.700	-	21.700	32.555
Instalações		19.721	(1.819)	17.902	-
Total		<u>577.313</u>	<u>(23.425)</u>	<u>553.888</u>	<u>452.104</u>

(a) Alocação do valor justo atribuído aos ativos imobilizados por ocasião da aquisição da Companhia em maio de 2015. O prazo de depreciação foi determinado pela vida útil remanescente das torres avaliadas em 16 anos.

(b) Foi capitalizada a parcela dos juros incorridos referente aos financiamentos obtidos do IFC e ING para construção de torres na Companhia.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Não houve provisão para perda de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em função de não ter sido identificado qualquer fator que pudesse indicar a necessidade para referida provisão.

Durante o semestre, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação do ativo imobilizado.

7.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	155.042	320.849
Adições líquidas - incorporação T4U Brasil	170.616	-
Juros capitalizados - T4U Brasil	3.909	3.909
Adições	113.819	129.199
Baixa	(2.646)	(2.646)
Provisão para desmobilização de ativos	9.116	10.325
Capitalização de juros	5.802	5.802
Depreciação	(9.018)	(15.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>446.640</u>	<u>452.104</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	446.640	452.104
Saldo inicial K2-Tower	-	12.482
Adições	80.250	92.084
Baixas	(255)	(311)
Baixas desmobilização	(603)	(603)
Provisão para desmobilização de ativos (i)	4.442	6.598
Capitalização de juros	14.124	14.124
Depreciação	(21.238)	(22.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>523.360</u>	<u>553.888</u>

- (i) Conforme Intepretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia registrou os efeitos no cálculo da provisão para desmobilização no grupo do imobilizado.

7.3. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme estabelecido nos contratos de locação, a Companhia e suas controladas são responsáveis pela desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios alugados de terceiros. Assim, registram provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término do contrato de locação, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado é de R\$51.254 na controladora (R\$45.747 em dezembro de 2018) e R\$54.094 (R\$45.747 em dezembro de 2018) no consolidado.

7.3.1 Movimentação da provisão

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.306	34.014
Adições – incorporação	16.479	-
Adições de novos sites (i)	9.116	10.325
Despesa com desmobilização (ii)	<u>846</u>	<u>1.408</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>45.747</u>	<u>45.747</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.747	45.747
Adições de novos sites (i)	3.580	5.752
Despesa com desmobilização (ii)	<u>1.927</u>	<u>2.595</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>51.254</u>	<u>54.094</u>

- (i) Refere-se ao custo de desmobilização dos sites construídos durante o ano de 2018 e durante o exercício de 2019 e da revisão da taxa de desconto utilizada no cálculo da provisão para desmobilização.
- (ii) Refere-se a correção dos valores de custo de sites construídos até 2019, por mudanças da taxa de inflação e atualização dos preços de custo.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil anos	Controladora				Consolidado			
		Custo	Amortização Acumulada	31/12/2019 Líquido	31/12/2018 Líquido	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2019 Líquido	31/12/2018 Líquido
Contratos de clientes	16	187.941	(15.033)	172.908	187.941	187.941	(15.033)	172.908	187.941
Contratos de clientes K2	18	-	-	-	-	69.356	-	69.356	-
Arrendamentos de contratos		417.183	(54.064)	363.120	-	448.262	(57.521)	390.741	-
Ágio na aquisição de investimentos (a)	N/A	356.897	-	356.897	356.897	356.897	-	356.897	356.897
Ágio na aquisição de investimentos K2	N/A	-	-	-	-	43.045	(1.993)	41.052	-
Outros intangíveis	5 a 6	2.493	(532)	1.962	2.016	12.760	(835)	11.926	8.560
Total		<u>964.515</u>	<u>(69.629)</u>	<u>894.887</u>	<u>546.854</u>	<u>1.118.260</u>	<u>(75.382)</u>	<u>1.042.879</u>	<u>553.398</u>

A movimentação é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	561.862	567.779
Transferência	-	(3.909)
Adições líquidas - incorporação	29	-
Adições	291	5.025
Amortizações	<u>(15.328)</u>	<u>(15.497)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>546.854</u>	<u>553.398</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	546.854	553.398
Arrendamentos de contratos	417.184	448.262
Adições	479	4.201
Ágio – PPA K2	-	69.356
Adições – contratos de clientes PPA – K2	-	43.045
Amortizações (a)	(15.566)	(17.861)
Amortizações – IFRS 16 - Ano	<u>(54.064)</u>	<u>(57.521)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>894.887</u>	<u>1.042.879</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre a diferença temporária entre a amortização fiscal e a amortização contábil do intangível gerado na aquisição da PTB, registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no passivo não circulante.

Análise de recuperabilidade do ágio

O ágio está sujeito a testes de recuperabilidade anualmente conforme descrito no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a companhia efetuou as projeções do valor recuperável do ágio com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto de 13,21 % ao ano .

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4,9% (2018:4,9%), que corresponde à taxa de crescimento média a longo prazo projetada no mercado nacional. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável do ágio.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimo IFC

Em 20 de junho de 2016, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição IFC, no valor total de R\$80.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI + 3,5% a.a. Este empréstimo foi totalmente liquidado em 28 de dezembro de 2017.

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia firmou um contrato de empréstimo na modalidade de linha de crédito com a instituição IFC no valor total de R\$150.000. O contrato tem por vigência o prazo de 8 anos e taxa de juros de CDI+ 2,75% a.a. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu 100% dos recursos, dos quais R\$80.000 foram utilizados para pré-pagar a linha junto ao IFC obtida em 20 de junho de 2016.

Em 25 de julho de 2019 a Companhia firmou uma nova linha de crédito junto ao IFC, no valor de R\$75.000. O contrato tem por vigência o prazo de 6 anos e 9 meses e taxa de juros de CDI + 2,75% a.a. O primeiro desembolso foi feito em 12 de agosto de 2019 no valor de R\$46.500, dos quais R\$22.787 foram utilizados para liquidação financiamento junto ao Itaú BBA. Em 18 de agosto a saldo não desembolsado do empréstimo foi cancelado e o mesmo foi totalmente liquidado.

Financiamento BNDES

Em 10 de novembro de 2016, a T4U Brasil Ltda. firmou um contrato de financiamento na modalidade de linha de crédito para construção de novos sites com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor total de R\$42.000, com o prazo de 8 anos para utilização. As liberações dos recursos ocorrerão conforme o andamento dos projetos. Em 2017, foi liberado o montante de R\$24.971. Em 13 de novembro de 2018 o empréstimo foi totalmente liquidado.

Debêntures

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em três séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (ICVM 476), no valor total de R\$150.000. A escritura tem por vigência o prazo de 7 anos e 3 meses e taxa de juros de CDI + 2,75% a.a.

A operação tem a Oliveira Trust como Agente Fiduciário, a CM Capital como distribuidora e o Itaú BBA como banco liquidante.

Em 13 de novembro de 2018 foi emitida a primeira série no valor de R\$36.000 que tinha por finalidade o pagamento de "fees" e liquidação de empréstimo junto ao BNDES.

Em 11 de janeiro e 22 de fevereiro de 2019 foram emitidas duas séries, ambas no valor de R\$57.000 cada utilizadas para a aquisição da empresa K2-Tower S.A.

Em 22 de julho de 2019, a Companhia emitiu novamente debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (ICVM 476), no valor total de R\$75.000. A escritura tem por vigência o prazo de 6 anos e 9 meses e taxa de juros de CDI + 2,75% a.a.

A operação tem a Oliveira Trust como Agente Fiduciário, a CM Capital como distribuidora e o Itaú BBA como banco liquidante.

Em 09 de agosto de 2019 foi a emitida a primeira série no valor de R\$46.500 que tinha como finalidade o pagamento de "fees" e liquidação do financiamento junto ao Itaú BBA no valor de R\$22.787.

Em 19 de dezembro a segunda série a ser emitida foi cancelada e o valor total da operação de debentures foi liquidado.

Financiamento Itaú BBA

Em 15 de agosto de 2018, a Companhia adquiriu uma linha de empréstimo na modalidade de Capital de Giro no valor de R\$20.000. O contrato tem vencimento para 15 de janeiro de 2019 e taxa de juros de CDI + 3,95%. Em 12 de novembro de 2018 a Companhia contratou uma linha adicional de R\$5.000 para o mesmo vencimento e com a mesma taxa de juros, totalizando R\$25.000. Em 15 de janeiro de 2019, o montante de R\$25.000 foi quitado.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia contratou uma linha de empréstimo ainda na categoria Capital de Giro no valor de R\$45.000 com vencimento em 12 de agosto de 2019 e taxa de juros de CDI + 3,95%.

Em 12 de agosto de 2019 a operação foi totalmente liquidada.

Nota Promissória Bradesco

No dia 17 de dezembro de 2019 a Companhia emitiu uma Nota Promissória Comercial, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$475.000, ofertada com a Instrução da CVM nº 566, com vigência de 6 meses e taxa de juros de CDI + 2,10% a.a.

Esta nota foi emitida sob a forma cartular e custodiada, conforme definido no Manual de Normas de Debênture, Nota Comercial e Obrigação da B3, perante o Banco Bradesco S.A.

Em 15 de junho de 2020, a Companhia pretende liquidar a sua 1ª. emissão de Notas Promissórias Comerciais com uma 3ª. emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no valor de principal igual a R\$475.000. A emissão será coordenada pelo Bradesco e as condições financeiras da operação foram antecipadamente negociadas, conforme Term Sheet assinado com o próprio Banco.

A movimentação é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	148.440	173.764
Captação de financiamento Itaú	25.000	25.000
Emissão de debentures 1º série	36.000	36.000
Pagamento de empréstimo BNDES	-	(25.963)
Pagamento de juros BNDES	-	(2.587)
Pagamentos de juros Itaú	(493)	(493)
Pagamento de juros IFC	(11.092)	(11.092)
Juros incorridos	15.168	17.813
"Fees" pagos	(4.697)	(4.697)
Baixa de "fees" e juros	-	502
Apropriação "fee" de entrada e estruturação	1.381	1.461
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>209.707</u>	<u>209.708</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2018	209.707	209.708
Captação de financiamento	727.000	727.000
Juros incorridos	30.691	30.691
Amortizações de Principal	(463.000)	(463.000)
Juros pagos	(33.525)	(33.525)
Pagamento "fees" de entrada	(14.817)	(14.817)
Apropriação de "fees"	3.947	3.947
Reversões de "fees"	5.844	5.844
Outros	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>465.847</u>	<u>465.847</u>
Circulante	465.847	465.847
Não circulante	-	-

Garantias

Como garantias da Nota Promissória junto ao Bradesco, foram dados:

- Alienação fiduciária sob condição suspensiva da totalidade de das ações da Companhia.
- Cessão fiduciária sob condição suspensiva da totalidade dos direitos creditórios em conta vinculada de titularidade da Companhia provenientes do fluxo de recebíveis das operadoras de telefonia.

Cláusulas restritivas de contratos ("covenants")

O Nota Promissória Comercial, junto ao Bradesco, possui as seguintes cláusulas de restrição financeira ("covenants"):

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) superior a 1,20, sendo que o ICSD será calculado trimestralmente.
- Índice financeiro resultante da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA em valor inferior ou igual a 4,00, apurado trimestralmente, a ser calculado com base nas informações consolidadas da Companhia, a partir de 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Construção de infraestrutura e fornecimento de torres	4.773	9.208	4.792	9.167
Outros fornecedores	929	1.214	1.290	1.307
Total	<u>5.702</u>	<u>10.422</u>	<u>6.082</u>	<u>10.474</u>

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	1	53	21
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	21	7
Programa de Integração Social – PIS	227	204	255	206
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.050	1.015	1.177	1.022
Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS	248	446	289	446
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	208	229	215	229
Outras	380	322	389	324
Total	<u>2.113</u>	<u>2.217</u>	<u>2.399</u>	<u>2.255</u>

12. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas celebram contratos de locação de torres de telecomunicações e infraestrutura com vários clientes, reconhecidos como operações de arrendamento mercantil. Tais contratos possuem vários vencimentos e contemplam cláusula de atualização monetária anual dos valores dos aluguéis, com base em índices de preços (IGP-M e IPCA).

Os montantes registrados no ativo intangível são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos direitos e a duração prevista do contrato de arrendamento.

A taxa média ponderada dos contratos de arrendamentos em 31 de dezembro de 2019 é de 4,44% a.a., com prazo médio de vencimento de 10 anos.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
<u>Composição dos contratos - Direito de uso</u>		
Aluguel de terrenos	391.328	421.639
Aluguel escritório	1.588	1.588
Remensuração direito de uso (AVP)	24.268	25.035
Subtotal	417.184	448.262
Amortização acumulada	(54.064)	(57.521)
Total direito de uso	<u>363.120</u>	<u>390.741</u>
<u>Composição dos arrendamentos a pagar</u>		
Adoção inicial contratos de arrendamento em 01/01/2019	350.370	377.112
Adições contratos de arrendamento	42.545	46.112
Pagamentos do exercício	(62.852)	(67.096)
Remensuração	20.773	21.351
Juros apropriados sobre arrendamentos	15.549	16.773
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	<u>366.385</u>	<u>394.252</u>
Passivo circulante	63.653	67.858
Passivo não circulante	302.732	326.394

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
<u>Resultado de arrendamento de contratos</u>		
Resultado financeiro	1.448	993
Remensuração	(3.495)	(3.684)
Amortização de direito de uso	54.064	57.521
Juros apropriados sobre arrendamentos	<u>15.549</u>	<u>16.757</u>
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	<u>67.566</u>	<u>71.587</u>
Pagamento arrendamentos - efeito caixa	64.300	67.929
Arrendamentos apropriados no período	<u>(62.852)</u>	<u>(67.096)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.448</u>	<u>833</u>

O valor da amortização com arrendamento de imóveis, no consolidado, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$54.963 (R\$49.021 em 31 de dezembro de 2018).

Os pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação, a valores de 31 de dezembro de 2019, são os seguintes:

Até um ano	73.110
Mais de um ano e até cinco anos	241.517
Mais de cinco anos	<u>203.620</u>
Total	<u>518.247</u>

13. IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação aos seus valores com base na alíquota nominal:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	159	32.020	122	32.110
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(54)	(10.887)	(42)	(10.917)
Resultado de equivalência patrimonial	176	(444)	-	-
Linearização da Receita	(397)	(1.209)	(397)	(1.209)
Provisão para Bônus	(863)	(491)	(1.262)	(491)
Perda espera de crédito de liquidação duvidosa	-	1.411	-	1.411
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	364	-
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre prejuízos fiscais	-	11.350	-	11.350
Outras diferenças permanentes líquidas	<u>(157)</u>	<u>168</u>	<u>79</u>	<u>(336)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(1.295)</u>	<u>(102)</u>	<u>(1.258)</u>	<u>(192)</u>
Correntes	-	-	(190)	(486)
Diferido	(1.295)	(102)	(1.068)	294

Em 31 de dezembro de 2019, a Phoenix Tower Participações possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$85.334 (sem prazo de prescrição), para o qual foi constituído o crédito tributário correspondente. A companhia espera conforme expectativa de lucros tributáveis futuros que esse saldo seja compensado nos próximos 6 anos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Amortização de contrato de clientes (i)	3.532	3.796	3.532	3.796
Prejuízo fiscal anos anteriores	16.904	11.350	16.904	11.350
Prejuízo fiscal do ano	11.950	5.554	11.950	5.554
Ajuste a valor presente (iii)	290	320	290	320
Variação do custo de desmobilização (iv)	1.156	522	1.383	522
Adição incorporação T4U Brasil (v)	633	633	633	633
Outros	658	-	658	-
Operação Swap	3.068	-	3.068	-
Total Diferido ativo	<u>38.191</u>	<u>22.175</u>	<u>38.418</u>	<u>22.175</u>
Amortização fiscal do ágio (ii)	(63.538)	(46.227)	(63.538)	(46.227)
Total Diferido passivo	(63.538)	(46.227)	(63.538)	(46.227)

- (i) Amortização de contrato de clientes: refere-se, substancialmente, a exclusão temporária da amortização de contrato de clientes e mais valia de ativo imobilizado entre o período de junho de 2015 a abril de 2016. Neste período, a Companhia não pode tomar o benefício fiscal, visto que a incorporação da PTB ocorreu em abril de 2016.
- (ii) Amortização fiscal do ágio: refere-se a exclusão temporária, causada pela amortização fiscal do ágio referente a aquisição feita em junho de 2015 (vide nota explicativa nº 1).
- (iii) Ajuste a valor presente: refere-se à adição temporária do ajuste a valor presente do contas a receber de longo prazo (vide nota explicativa nº 5).
- (iv) Variação do custo de desmobilização: refere-se à adição ou exclusão temporária, causada pela variação da taxa utilizada para cálculo do custo de desmobilização dos ativos.
- (v) Incorporação da controlada direta T4U Brasil (vide nota explicativa nº 2).

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais, quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião dos consultores legais da Companhia. A movimentação da provisão para demandas judiciais relacionadas a processos avaliados como perda provável está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	162	55
Cíveis	159	92
Subtotal	321	147
Depósitos judiciais	(425)	(343)
Total	<u>(104)</u>	<u>(196)</u>

As demandas judiciais classificadas como perda possível envolvem principalmente os seguintes processos:

Trabalhistas

A provisão de R\$162 está relacionada a processos trabalhistas movidos por ex-funcionários cujos pedidos estão relacionados com pagamentos de verbas rescisórias, tais como adicionais salariais e horas extras. Essa provisão é revisada periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. Os processos avaliados como perda possível totalizam R\$54.

Cíveis

Correspondem principalmente a multas administrativas emitidas por órgãos públicos municipais em virtude de ausência de licenças para instalação das torres em terrenos e topos de prédios alugados de terceiros.

Os processos na esfera cível avaliados como perda possível totalizam R\$1.689 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.427 em dezembro de 2018).

Tributários

Os processos de natureza tributária na esfera municipal avaliados como perda possível totalizam R\$4.492 em 31 de dezembro de 2019 (R\$917 em dezembro de 2018).

15. RECEITA DIFERIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Linearização de receita	<u>11.679</u>	<u>11.715</u>	<u>13.340</u>	<u>11.715</u>

Os montantes registrados na rubrica de receita diferida representam os efeitos das receitas de aluguéis reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado está representado por 733.180.954 ações ordinárias (705.599.934 em 31 de dezembro de 2018), sem valor nominal, detidas 100% pela Brazilian Towers - Fundo de Investimento em Participações.

16.2. Aumento de capital

A Companhia deliberou, em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$10.816 em moeda corrente nacional, passando de R\$694.784 para R\$705.600, mediante emissão de 10.815.797 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 11 de abril de 2019 a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento de capital social em R\$7.581 em moeda corrente nacional. O capital social passou a ser R\$713.181.

A Companhia deliberou, em 25 de junho de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$20.000 em espécie, passando de R\$713.181 para R\$733.181, mediante emissão de 20.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

16.3. Distribuição de dividendos e reserva legal

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela destinação de 5% desse lucro para a constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a companhia obteve prejuízo no valor de R\$1.136.

16.4. Lucro (prejuízo) por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando que não há potencializador de diluição.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos controladores	(1.136)	31.918
Quantidade média de ações ordinárias em circulação	<u>733.180.954</u>	<u>705.599.933</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$	<u>(0,0015)</u>	<u>0,0452</u>

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas de locação de torres e infraestrutura	196.022	124.958	209.587	162.236
Receitas de locação de torres e infraestrutura – carência	5.525	4.776	5.525	6.948
Impostos sobre receitas de locação	(18.645)	(12.000)	(20.009)	(15.647)
Receita diferida – linearização dos alugueis	<u>36</u>	<u>(3.442)</u>	<u>36</u>	<u>(4.036)</u>
Receita operacional líquida	<u>182.938</u>	<u>114.292</u>	<u>195.139</u>	<u>149.501</u>

18. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Amortização de arrendamento de imóveis (a)	-	32.529	-	49.021
Manutenção e reparos	3.393	1.589	4.078	2.423
Crédito PIS/COFINS	(4.768)	(2.610)	(4.961)	(3.765)
Depreciação e amortização - sites	91.981	23.845	96.396	30.206
Depreciação e amortização – adm.	881	505	897	615
Salários e encargos sociais	20.188	8.715	23.634	15.427
Aluguel e condomínio	255	395	387	729
Telecom/TI	664	150	675	488
Viagens	1.595	854	2.157	1.419
Despesas Legais	4.835	4.352	4.838	4.445
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(257)	(4.150)	(257)	(4.165)
Serviços prestados por terceiros	3.841	1.434	4.731	1.838
Outros custos	<u>1.055</u>	<u>148</u>	<u>1.202</u>	<u>87</u>
Total	<u>123.663</u>	<u>67.756</u>	<u>133.777</u>	<u>98.768</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo das locações	90.606	55.353	95.513	77.885
Gerais e administrativas	<u>33.057</u>	<u>12.403</u>	<u>38.264</u>	<u>20.883</u>
Total	<u>123.663</u>	<u>67.756</u>	<u>133.777</u>	<u>98.768</u>

(a) Em 2018 as despesas com aluguéis foram registradas nessa rubrica. Em 2019, devido a implementação do IFRS 16, tais despesas encontram-se registradas como depreciação do direito de uso.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	30.691	15.168	30.691	17.812
(-) Juros capitalizados	(14.124)	(5.802)	(14.124)	(5.802)
Ajuste a valor presente s/ a provisão p/ desmobilização	1.927	895	2.595	1.456
Ajuste a valor presente sobre o contas a receber	-	1.012	-	1.763
Apropriação "Fee" de empréstimos e financiamentos	3.947	1.381	3.947	1.461
Variação cambial passiva	-	41	-	41
Reversão "Fee" de empréstimos e financiamentos	5.844	-	5.844	-
Despesas bancárias	399	322	435	393
Ajuste a valor presente sobre os passivos de arrendamentos a pagar	13.502	-	14.091	-
Comissionamento Bradesco	1.968	-	1.968	-
Outros pagamentos "Fee"	6.653	-	6.653	-
Variação Instrumento Financeiro	9.028	-	9.028	-
Outras despesas financeiras	<u>60</u>	<u>1.072</u>	<u>112</u>	<u>2.215</u>
Total das despesas financeiras	<u>59.895</u>	<u>14.089</u>	<u>61.240</u>	<u>19.339</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.390	1.575	1.454	1.595
Variação cambial ativa	-	178	-	178
Ajuste a valor presente sobre contas a receber	88	-	88	-
Outras receitas financeiras	<u>28</u>	<u>486</u>	<u>33</u>	<u>502</u>
Total das receitas financeiras	<u>1.506</u>	<u>2.239</u>	<u>1.575</u>	<u>2.275</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos relativos às operações com partes relacionadas referem-se a rateio de custos entre as empresas do grupo e transações de quotas de empresas.

	Controladora	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo não circulante:		
Contrato de mútuo – Torres do Brasil Ltda.	726	-
Contrato de mútuo – K2-Tower S.A. (a)	2.502	-

(a) O montante a receber é composto por rateio dos custos de pessoal-chave da Administração e pessoal-chave de operação.

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva da Companhia. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo - salários	4.160	3.453
Remuneração Variável – bônus	2.565	2.452
Encargos sociais	1.392	1.179
Outros benefícios indiretos (*)	1.189	551
Total	<u>9.306</u>	<u>7.635</u>

(*) Estão representados substancialmente por reembolso de despesas de locomoção, aluguel, passagens aéreas e hospedagem. A Companhia não concede outros benefícios de curto prazo a esses profissionais.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco cambial e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, conforme a seguir detalhado. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à rentabilidade, liquidez e segurança, de acordo com políticas aprovadas pela Administração da Companhia.

A seguir, os detalhes da exposição da Companhia aos riscos mencionados:

a) Riscos de mercado

(i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado ao risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros de mercado é aplicável principalmente às aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, ambos indexados à variação do CDI, podendo afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente ao caixa e equivalentes de caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, que são periodicamente atualizadas.

(ii) Contas a receber de clientes

O risco de crédito é monitorado pela Administração da Companhia que entende que o risco é mínimo visto que os contratos de locação foram celebrados, principalmente, com grandes operadoras de telecomunicações.

c) Risco de liquidez

Surge da possibilidade de a Companhia não cumprir as obrigações contratadas nas datas previstas e de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez de mercado. O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria da Companhia, que o investe em aplicações financeiras com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

21.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, como "swap" de taxa de juros para administrar sua exposição aos riscos de variação de taxa de juros.

O derivativo foi inicialmente reconhecido ao valor justo na data em que o contrato de derivativo foi celebrado e foi subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante foi reconhecido no resultado do exercício.

O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses.

O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto que o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro.

A companhia possui swap com vencimento para dezembro de 2023. A posição ativa está vinculada a taxa de juros DI, enquanto a posição passiva está vinculada a taxa de juros IPCA. Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI/IPCA de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

	Controladora e Consolidado 31/12/2019	
	Posição inicial	Posição atual
Ativo		
"Swap" - taxa de juros CDI	475.000	507.263
Passivo		
"Swap" - taxa de juros IPCA	(475.000)	(516.291)
Valores a pagar líquido	-	(9.028)

21.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno a seus acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos associados a essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

21.4. Categoria de instrumentos financeiros

	Categoria	Consolidado	
		31/12/2019	30/12/2018
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	40.849	3.590
Aplicações financeiras restritas curto e longo prazo	Custo amortizado	66.384	16.539
Contas a receber de clientes curto e longo prazo	Custo amortizado	43.047	34.048
Outros ativos curto e longo prazo	Custo amortizado	5.072	3.971
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	507.263	-
Depósitos judiciais	Custo amortizado	425	343
Passivos financeiros a custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	465.847	209.708
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	516.291	-
Fornecedores	Custo amortizado	6.082	10.474
Contas a pagar	Custo amortizado	11.254	9.873
Outros passivos	Custo amortizado	895	502
Aluguéis a pagar	Custo amortizado	4.874	4.874

21.5. Valor justo

A seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos principais instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras:

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	40.849	40.849
Contas a receber de clientes	43.047	43.047
Instrumentos financeiros derivativos	507.263	507.263
Depósitos judiciais	425	425
Total	591.584	591.584
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	465.847	465.847
Instrumentos financeiros derivativos	516.291	516.291
Fornecedores	6.082	6.082
Aluguéis a pagar	4.874	4.874
Total	993.094	993.094

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderá ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores aproximam-se do respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de empréstimos e financiamentos é mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

21.6. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico CPC 40 Instrumentos financeiros: Evidenciação/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo conforme nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de um distribuidor, bolsa, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As estimativas de valor justo para as aplicações financeiras estão incluídas no nível 2, que consideram preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares e mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais "inputs" são observáveis.

21.7. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual das linhas de crédito e os prazos de amortizações contratuais.

Controladora					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
<u>31 de dezembro de 2019</u>					
Nota Promissória	6,5%	490.238	-	-	490.238
		<u>490.238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>490.238</u>

Controladora					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
<u>31 de dezembro de 2018</u>					
Linha de Crédito IFC	9,15%	10.869	123.416	111.174	245.459
Linha de Crédito Itaú	10,30%	25.423	-	-	25.423
Linha de Crédito Debentures	9,15%	3.303	25.118	28.016	56.437
		<u>39.595</u>	<u>148.534</u>	<u>139.190</u>	<u>327.319</u>

Consolidado					
Taxa de juros efetiva média ponderada	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
<u>31 de dezembro de 2019</u>					
Nota Promissória	6,5%	490.238	-	-	490.238
		<u>490.238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>490.238</u>

	Consolidado				Total
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
<u>31 de dezembro de 2018</u>					
Linha de Crédito IFC	9,15%	10.869	123.416	111.174	245.459
Linha de Crédito Itaú	10,30%	25.423	-	-	25.423
Linha de Crédito Debentures	9,15%	3.303	25.118	28.016	56.437
		<u>39.595</u>	<u>148.535</u>	<u>139.190</u>	<u>327.319</u>

22. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Tipo de risco</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Escritório	8.850	07/04/2020
Responsabilidade civil	80.000	04/04/2020
Riscos diversos (incêndio, vendaval, danos elétricos) de torres e infraestrutura	234.000	06/04/2020
"Directors & Officer"	50.000	13/10/2020

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aquisição de estoque de estrutura vertical (i)	5.274	8.269	5.274	8.269
Aumento de Capital – K2-Tower	12.965	-	12.965	-
Carência (ii)	5.525	4.776	5.525	6.948

- (i) Aquisição de estoque de estrutura vertical para construção de infraestrutura, aumentando os saldos registrados nas rubricas "Ativo Imobilizado" e "Fornecedores".
- (ii) Carência - clientes que possuem contratos com período de carência são registrados pela competência e vigência do contrato.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas, para emissão e divulgação, pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2020.